



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

DÍVIDAS OCULTAS



Anticorrupção - Transparência - Integridade

Edição nº 2 | 06 de Agosto de 2024 | Distribuição gratuita | www.cipmoz.org

Julgamento está na fase final e Manuel Chang decidiu não falar

- Governo norte-americano aumenta lista de conspiradores das dívidas ocultas e passa a incluir Filipe Nyusi, Isaltina Lucas, Ndambi Guebuza e Gregório Leão

Por: [Borges Nhamire, em Brooklyn, Nova Iorque *](#)

Esta segunda-feira, 5 de Agosto, iniciou a apresentação de alegações finais no julgamento de Manuel Chang que decorre desde meados de Julho passado no Tribunal Distrital de Brooklyn, Nova Iorque. Isso significa que não haverá mais testemunhas a prestar declarações no tribunal. Apenas a acusação e a defesa têm direito de apresentar as suas alegações finais para convencer os 13 membros do júri (nove homens e quatro mulheres) a declarar o antigo ministro das Finanças de Moçambique culpado ou não.

O julgamento de Chang decorreu sem cobertura presencial da imprensa moçambicana. Somente esta segunda-feira é que dois jornalistas moçambicanos (do CIP e do Zitamar) estiveram na sala de audiência para, pela primeira vez, a acompanhar a sessão do julgamento presencialmente.

A principal novidade é que Manuel Chang optou pelo silêncio durante o seu julgamento, deixando todo o trabalho de defesa ao cargo da sua larga equipa de advogados, liderada por Adam Ford. Chang não falou e não vai mais falar como testemunha no seu próprio julgamento. Poderá prestar breves palavras antes e depois da decisão do júri, mas não vai responder a questões da acusação e a da defesa.

A outra novidade é que o Governo dos EUA, através do Departamento de Justiça (DoJ), acrescentou mais nomes de cidadãos moçambicanos acusados de serem conspiradores das dívidas ocultas. A acusação inicial do DoJ tinha Manuel Chang, Teófilo Nhangumele e António Carlos do Rosário como arguidos moçambicanos no processo em

julgamento em Nova Iorque. No entanto, esta segunda-feira (05/08) a acusação acrescentou os nomes de Filipe Nyusi, antigo ministro da Defesa Nacional e actual Presidente de Moçambique, Gregório Leão, antigo Director do SISE, Armando Ndambi Guebuza, filho do presidente Guebuza e Isaltina Lucas, antiga diretora Nacional de Tesouro, numa lista de pessoas que o procurador Hiral Metha designou de conspiradores. Não significa que estas pessoas tenham sido constituídas arguidas pelo DoJ dos EUA, no entanto, são considerados conspiradores no esquema das dívidas ocultas que, segundo a acusação, defraudou investidores norte-americanos.

Logo ao se entrar na sala de sessões, chamou a atenção a presença de um quadro gigante de fundo branco com fotos impressas a cores e coladas em fila. Constam do quadro, por ordem, caras de Surjan Singh, Andrew Perse, Jean Bustani, Manuel Chang, Iskandar Safa, Armando Guebuza Junior, Detelina Subeva, Najib Allan, Isaltina Lucas, António do Rosário e Teófilo Nhangumele. Debaixo das fotos estão escritos os nomes reais e as alcunhas usadas para designar os conspiradores nas trocas de e-mails entre os arguidos das dívidas ocultas que caíram nas investigações do Federal Bureau of Investigation (FBI).

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte : borges.nhamirre@cipmoz.org

Assim que a procuradora Genny Ngai começou a apresentar as alegações finais, o quadro foi posicionado a frente dos 13 membros do júri e de tempo em tempo, a procuradora ia apontado às fotos dizendo aos membros do júri que “estes são os conspiradores das dívidas ocultas que defraudaram os investidores norte-americanos”. Numa outra lista de conspiradores, apresentada em slide de power point, o DoJ incluiu Filipe Nyusi e Gregório Leão na lista dos conspiradores das dívidas ocultas.

Chang sozinho

A sessão começou às 9h30 locais (16h30 de Maputo), com Manuel Chang presente. No tribunal, Chang apresentou-se sem algemas, vestido de terno preto e camisa branca e com uma boa aparência física. Durante todo o dia Chang esteve sentado no meio dos seus advogados a acompanhar a apresentação de alegações finais e a tomar notas constantemente. Usava serviços de tradução inglês-português, prestados por três senhoras de sotaque brasileiro. Dois seguranças estavam sentados imediatamente atrás do Chang, levantando-se sempre que este se levantava, abrindo-lhe a porta para sair e para entrar na sala de sessões. Diferente de Jean Boustani que contou com a presença da sua família (esposa e outros familiares) na sessão de alegações finais, ontem, no julgamento de Chang não foram vistos os seus familiares. Um funcionário da Embaixada de Moçambique em Washington esteve presente a acompanhar toda a sessão.

Acusação tenta evitar a reedição do desfecho de Jean Boustani

Há cinco anos (Dezembro de 2019), no mesmo tribunal de Brooklyn e no mesmo processo que envolve Chang, um júri declarou Jean Boustani não culpado. Após seis semanas de julgamento e com várias provas apresentadas contra o réu, todos os membros do júri foram unânimes em declarar que Boustani não era culpado dos crimes de que era acusado. Embora não tenham justificado a sua decisão (legalmente os membros do júri não apresentam a fundamentação da sua decisão), há entendimento, entre os que estiveram a acompanhar o julgamento, de que os membros do júri - que são cidadãos ordinários residentes em Brooklyn - não entenderam a complexidade do caso. E na dúvida, optaram em beneficiar o réu. O procurador Heral Metha guarda memórias desse julgamento. Era o número dois da equipa da acusação no julgamento de Boustani e agora lidera a equipa do DoJ.

Muito do que se disse nas alegações finais desta segunda-feira, já era sabido das acusações apresentadas pelo DoJ contra Chang. O esforço da acusação esteve em tentar convencer o

júri de que os crimes de que Chang é acusado são da alçada da justiça dos EUA. Neste esforço, até foi apresentado o mapa de Nova Iorque destacando-se a localização dos bancos de correspondência no distrito oriental de Brooklyn, por onde o dinheiro de empréstimos das dívidas ocultas e de suborno de Chang passou.

Neste momento prevalecem apenas duas acusações contra Chang: a conspiração para cometer fraude financeira e a lavagem de dinheiro obtido desta conspiração. A procuradora Genny Ngai indicou que Chang recebeu sete (7) milhões de dólares de subornos, dois milhões pela assinatura de garantias para viabilizar o empréstimo da ProIndicus (622 milhões de dólares) e cinco milhões pela assinatura de garantias para viabilizar o empréstimo da EMATUM (850 milhões de dólares). Os dois milhões referentes a garantias da ProIndicus foram pagos através da transferência para conta de uma empresa denominada Genoa Asset, SA e os cinco milhões referentes a garantias da EMATUM foram pagos para contas de uma empresa denominada Thyse International. Um empresário que actua em Moçambique no ramo automóvel, de nome Luís Filipe Pereira Rocha Brito, foi acusado de ter recebido parte do valor de suborno de Chang. O mesmo empresário teria devolvido todos os 7 milhões de dólares para o Ministério das Finanças de Moçambique, através de depósito em uma conta domiciliada no Banco de Moçambique, em Novembro de 2019.

Os procuradores explicaram ao júri que este valor de suborno foi pago em dólares (moeda americana), usando bancos de correspondência americanos, baseados em Nova Iorque, e os empréstimos lesaram investidores norte-americanos. Para sensibilizar ainda mais os membros do júri, os procuradores referiram que entre os investidores burlados por Chang incluem-se pessoas da classe trabalhadora, como o Fundo de professores de Louisiana,

Sem a assinatura de garantias por Manuel Chang, os empréstimos não teriam sido possíveis pois as três empresas não tinham experiência nem histórico de gerar receitas, referiu a acusação. Justificou, a acusação, que os investidores só aceitaram dar empréstimos pois o Estado moçambicano emitiu garantias soberanas para pagar a dívida das empresas caso estas não o pudessem fazer – o que veio a acontecer.

Foram apresentadas ainda evidências de que uma filha de Chang, de nome Manuela Solange Chang, a falecida esposa, Lizete Chang, e o genro, Ingilo Dalsuco, beneficiaram do dinheiro das dívidas ocultas. Viajaram para Dubai e Beirute, Líbano, para receber o dinheiro das dívidas ocultas.

Defesa aponta para Guebuza

Adam Ford apresentou as alegações finais da defesa do Chang. Concentrou-se em negar que houvesse evidências de que Chang tenha recebido dinheiro das dívidas ocultas para assinar as garantias. Afirmou que Chang assinou as garantias em cumprimento de ordens do seu chefe, Armando Guebuza, que era presidente da República. Criticou a acusação por colocar Chang no topo da decisão de assinatura de garantias, ignorando que este estava a cumprir missão. Mostrou duas cartas de Chang a pedir para assinar as garantias. A primeira emitida pelo então ministro da Defesa, Filipe Nyusi e a segunda emitida por Gregório Leão, director do Serviço de Informações e Segurança do Estado na altura do factos. A defesa alegou ainda que as declarações prestadas por

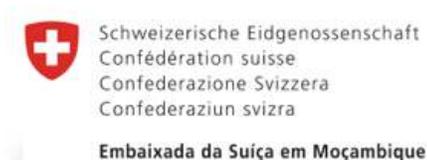
Andrew Pearse, testemunha no tribunal, não eram credíveis pois o antigo bancário do Crédit Suisse se contradisse várias vezes em diferentes ocasiões em que prestou declarações sob juramento. Por isso, a defesa pediu aos membros do Júri para que declarassem Chang não culpado e o mandassem de volta para casa.

A sessão de alegações finais continua esta terça-feira e ainda não há previsão para a decisão do júri.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Borges Nhamirre

Revisão de Pares: Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique